

**MINISTÉRIO DA DEFESA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

NOTÍCIAS DE DEFESA

INTERNACIONAL

Brasileira é 4º distribuidora de armas nos EUA

Empresa gaúcha avança no mercado americano e busca expandir vendas globais, principalmente para centro-americanos e africanos

O Brasil tem um papel cada vez mais importante no mercado armamentista dos EUA: a marca gaúcha Fojas Taurus tornou-se a quarta maior distribuidora de armas no país da National Rifle Association, ao lado de gigantes como Smith&Wesson. Um em cada cinco revólveres comprados por americanos em 2012 veio da fabricante brasileira, que hoje vende mais nos EUA do que no próprio Brasil.

Essa rápida expansão no território americano é parte de uma estratégia maior da holding Taurus, que nos últimos anos vem adotando uma estratégia mais agressiva para ampliar exportações. Segundo a diretora de relações com investidores, Doris Wilhelm, no topo da lista de destinos cobiçados pela empresa está África e América Central segundo a ONU, as duas regiões do mundo com maior número de mortes por arma de fogo.

A lei militar brasileira impede que a indústria bélica nacional revele o número de armas exportadas, tampouco os destinos exatos das vendas. Divulgam-se apenas blocos geográficos para onde vão esses produtos. Em 2012, 55% das armas da Taurus foram vendidas ao "bloco norte-americano" (EUA, Canadá e México). A empresa tinha uma receita líquida de US\$ 409 milhões em 2009. Este ano, impulsionada pelas exportações, ela deve fechar nos US\$ 700 milhões.

Doris afirma que os EUA são o maior mercado da Taurus e o único em que a esmagadora maioria das vendas é para pessoas, e não forças estatais de segurança pública e militar. "Estamos falando de um mercado de consumo: civis americanos comprando ar: mas como hobby, esporte, caça e defesa pessoal. A cultura americana é "outro bicho". A Segunda Emenda (da Constituição) garante o direito de portar armas e defender sua propriedade.

A empresa brasileira tem uma fábrica no norte de Miami desde 1983. No ano passado, comprou por US\$ 10 milhões a Heritage Manufacturing, especializada em réplicas de armas do velho oeste, usadas em uma modalidade conhecida como "plinking" tiro ao alvo com latinhas em locais abertos, ao clássico estilo cowboy do deserto.

O New York Times afirmou na terça-feira que a Taurus seria uma possível compradora da fabricante do fuzil AR-15 Bushmaster, usado no massacre de New-town. A companhia brasileira diz que a informação é "meramente especulativa".

Nos dois dias úteis após a tragédia, as ações da Taurus caíram cerca de 10%. Segundo analistas, o mercado "teme" a aprovação de restrições a esse comércio.

Mas, como as demais empresas do setor de armamento nos EUA, a Taurus acabou beneficiada pela débacle econômica de 2008 e pela polarização política no governo Barack Obama. O motivo é psicológico: em meio à sensação de insegurança, americanos tradicionalmente compram mais armas. O pânico após o furacão Katrina fez com que 2005 fosse o ano mais lucrativo às empresas do setor.

Tup 4., Segundo Matthias Nowak, pesquisador do centro Small Arms Survey (SAS), com sede na Suíça, o Brasil é desde 2001 o quarto maior exportador das chamadas "armas pequenas", categoria que abrange revólveres, pistolas, submetralha-doras, fuzis de assalto, entre outros. O País é colocado atrás apenas de EUA, Itália e Alemanha e à frente da Rússia, maior herdeira da indústria bélica soviética.

Para analistas, são essas as "Verdadeiras armas de destruição em massa" - as que mais provocaram mortes no mundo. Segundo o centro suíço, os últimos dados disponíveis são de 2009 e indicam que o Brasil exportou US\$ 382 milhões dessas armas. Mas Nowak acredita que a cifra real seja muito maior e critica a falta de informações públicas.

Bruno Langeani, do Instituto Sou da Paz, também reclama da falta de transparência e afirma que "não há mais sentido" em vetar a divulgação dessas exportações, pois vários compradores revelam os números.

"Ao investir no fortalecimento da indústria bélica nacional, o governo Dilma Rousseff torna ainda maior a necessidade de transparência", defende.

No ranking do SAS que avalia o acesso à informação sobre essas exportações em cada país, o Brasil tem hoje nota 7,5 em uma escala crescente de 0 a 25. Em 2009, era de 8,5; em 2006, era 9.

Empresa busca expansão na África e América Central

Com uma nova estratégia para diversificar exportações, a Taurus está de olho em mercados de regimes africanos em transição política e países da América Central em luta contra o narcotráfico. Essas regiões têm o maior índice de homicídios por armas de fogo do mundo, segundo o escritório da ONU para controle de drogas e crime (UNODC). ONGs como a brasileira Sou da Paz temem que parte das armas acabe nas "mãos erradas".

A Taurus diz fornecer armas para governos, de acordo com as normas do Exército e submetida ao direcionamento político do Itamaraty. "Se a arma vai parar em outro destino, nós não temos o menor controle sobre isso, Cabe ao Itamaraty julgar que o governo não é confiável", diz Doris Wilhelm, da Taurus.

SUPLEMENTO

Uma vaga para chamar de sua

Concurseiros de plantão já podem comemorar o ano-novo: a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 prevê 49,3 mil oportunidades

Para quem mira o serviço público, uma boa notícia na virada do ano: 2013 promete ser farto em concursos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que só deve ser votada em fevereiro do ano que vem pelo Congresso Nacional, prevê 49,3 mil vagas, sendo 37,2 mil para o Poder Executivo e 3, 2 mil para as **Forças Armadas**. A previsão é de que sejam também criados 2,9 mil novos cargos e 5,9 mil vagas para substituição de terceirizados no Executivo. O reforço na administração pública é resultado de fatores como reposição de terceirizados e aposentadorias de servidores.

De acordo com o Ministério do Planejamento, a prioridade será para as áreas de educação, saúde, justiça e segurança pública. Também estão previstas vagas para os setores de desenvolvimento econômico, produtivo e ambiental; além de articulação governamental e gestão, infraestrutura, regulação, política externa e defesa nacional. Alguns concursos previstos para 2013, inclusive, já foram autorizados (ver quadro).

No entanto, esse número ainda é baixo, acredite, quando comparado ao último relatório quantitativo de servidores divulgados pela Secretaria de Gestão Pública do MP por meio de portaria oficial, que expõe uma demanda muito maior. A portaria, divulgada no começo deste mês, revela que existem quase 190 mil cargos vagos no poder Executivo. O balanço, que traz um comparativo entre o último mês de agosto e o mesmo período em 2011, mostra que o serviço público teve cinco mil vagas preenchidas, recuperando um pouco da carência que havia sido provocada com o corte no orçamento do ano anterior. Por outro lado, também cresceu o número de cargos comissionados e de confiança ocupados, que saltaram de 73 para 86 mil.

Em nota, o Ministério do Planejamento esclareceu que o montante de vagas é devido a aposentadorias e exonerações, e serão preenchidas nos próximos anos por meio de concursos públicos. Essa ocupação, segundo o ministério, não pode ser feita de imediato, porque muitos deles foram criados para necessidades específicas, enquanto outros se tornaram defasados para a administração pública.

Segundo a diretora da Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (Anpac), Maria Thereza Sombra, no entanto, a previsão da LOA é insuficiente para atender a demanda, considerando a quantidade de aposentadorias que devem ocorrer nos próximos anos. É preciso lembrar que os servidores que trabalhavam na administração há mais de cinco anos, quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, permaneceram no cargo, e, hoje, acumulam 29 anos de serviço. A máquina pública vai ter que repor esse quantitativo e a solução, segundo a Anpac, é incrementar o orçamento por meio de medidas provisórias. "O Ministério do Planejamento vai ter que ser pressionado por todos os órgãos. Eles não têm saída, vão ter de fazer concursos e reduzir os cargos comissionados. O serviço público não pode retroceder", afirma Maria Thereza.

Terceirização

Vilã do serviço público, a terceirização irregular é um dos grandes desafios para 2013. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem monitorado a questão desde 2006 e determinou vários prazos de substituição para a administração pública — porém, sempre prorrogados. Na última decisão, divulgada em setembro deste ano, o alvo foram as empresas estatais, como a Petrobras. O TCU solicitou ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), do Ministério do Planejamento, que elaborasse um plano de substituição até fevereiro do ano que vem. Em nota, o Dest informou que os dados sobre terceirizados irregulares estão em análise e que o plano será entregue na data informada.

Não existe, atualmente, uma legislação específica que proíba a terceirização de serviços nos órgãos públicos. Conforme explica o advogado especialista em concursos Fábio Ximenes, há uma jurisprudência, principalmente do TCU, de que a terceirização se torna ilegal quando substitui funções que devem ser cumpridas por servidores aprovados em concursos. Além disso, Ximenes destaca os custos de contratar uma empresa para fornecer os serviços que, segundo ele, acabam saindo mais caros para a administração. "O Estado deve fazer concursos porque, além de trazer mão de obra qualificada para a administração, acaba gastando menos recursos", pontua o advogado.

A hora é agora

Quem está determinado a aproveitar as chances de 2013, deve estudar desde já, alerta o coach de concursos Alessandro Marques. Segundo ele, a preparação para o ano que vem já começou. A principal dica do especialista é definir uma linha entre os certames previstos, para facilitar o estudo das disciplinas. No caso dos exames para os quais ainda não foram lançados editais, a referência é sempre a última seleção feita pelo órgão. "Também é importante pesquisar concursos semelhantes, para ver se há alguma mudança na legislação cobrada", lembra Marques.

Essa é justamente a estratégia da atendente de call center Milena Santana, 28 anos, que pretende seguir carreira policial. "Várias pessoas estudam para todos os tipos de concurso e não passam em nenhum. Eu prefiro manter o foco em uma só área", explica. Ela se prepara com antecedência, de olho nas seleções da polícia que têm chances de ocorrer em 2013. A esperança é de que surjam vagas na Polícia Rodoviária Federal e na Polícia Civil do Distrito Federal.

Lotados, os cursinhos acumulam turmas de alunos que estudam para concursos que ainda nem foram autorizados. É uma empreitada difícil, mas, para Alessandro Marques, é a situação considerada ideal para ser aprovado. "As pessoas estão começando a adquirir a cultura de se preparar a médio e longo prazo. Elas só vão estar realmente prontas quando conseguirem estudar, no mínimo, o edital inteiro", explica. Milena não se preocupa em ser aprovada logo de cara, e diz não ter pressa. "Você começa a estudar para concursos sem um prazo de acabar. Conhecimento nunca é demais", insiste.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**NOTÍCIAS
POLÍTICAS,
ECONÔMICAS E
INTERNACIONAIS**

O PAIS

Quando a experiência fala mais alto no Supremo

Celso de Mello, ministro mais antigo do STF, sobressai-se como conselheiro de Joaquim e acalma ânimos em plenário

Carolina Brígido

BRASÍLIA Em seus primeiros dias na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), cargo que assumiu em 22 de novembro, o ministro Joaquim Barbosa titubeou em algumas ocasiões: da proclamação de resultados de votações a dúvidas sobre o regimento interno do tribunal. Sorte dele ter conseguido socorro para os momentos mais difíceis no decano da Corte, o ministro Celso de Mello.

Joaquim, que costuma ser refratário às sugestões de ministros como Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski, com quem discutiu muito ao longo do julgamento do mensalão, cedeu ao mais antigo membro da Corte.

A postura de Celso tem servido para apaziguar os ânimos. O presidente do STF sempre ouviu suas ponderações, ainda que os conselhos sejam contrários às posições dele. O decano já corrigiu Joaquim em público, orientou seus atos à luz do Regimento e o ajudou a proclamar o resultado de votações.

Antes do julgamento do mensalão, Celso tinha postura tímida em plenário. Seus votos se restringiam a termos jurídicos e linguagem rebuscada, em respeito à liturgia da Corte. Mas, ao longo dos últimos quatro meses e meio, ele se soltou: falou em "assalto à administração pública" e em "marginais do poder". E assumiu posto informal de auxiliar do presidente.

Joaquim assumiu a presidência do STF em situação delicada: havia protagonizado discussões intensas em plenário, especialmente com Lewandowski, atual vice-presidente da Corte e revisor do processo do mensalão. Hoje, além de Celso, Joaquim ouviu Luiz Fux. Os dois se destacaram no julgamento por concordar na maioria das vezes com os votos do relator.

Os ministros julgaram 112 condutas criminosas atribuídas a 37 réus. Em 54 delas, o Joaquim e Lewandowski discordaram. Isso corresponde a 48,21% dos votos. Foi a mais alta taxa de discordância entre dois ministros da Corte. Fux foi o que mais concordou com Joaquim, em 97,32%, ou 109 de 112 votos. Foi seguido de Ayres Britto (94,64%) e Celso de Mello (93,75%).

EDITORIAL

México acelera enquanto Brasil perde força

Em 2009, a economia mexicana teve contração de 6,5% devido à crise financeira mundial e, principalmente, à desaceleração dos EUA, que absorvem 83% das exportações do país. O Brasil saiu-se melhor, com recuo de apenas 0,2% do PIB. O ano seguinte foi de crescimento excepcional do Brasil, 7,5%, enquanto o México conseguiu se recuperar, mas com um índice mais modesto, de 5,6%. A partir daí, o país azteca virou o jogo: em 2011, cresceu 3,9% contra 2,7% do Brasil. Este ano, a diferença se acentua: a Cepal prevê 4% para o México, enquanto nosso país deverá se contentar com 1% ou pouco mais.

A situação surpreende o Brasil atolado em falhas de política econômica, como intervencionismo estatal, demora na decolagem dos investimentos em infraestrutura e esgotamento do ciclo de crescimento pela via dos incentivos ao consumo. Diante das perspectivas que se abrem para o México, o Brasil pode ser superado na atração de investimentos externos.

O México completou um ciclo. Com a posse de Enrique Peña Nieto, encerram-se 12 anos de governo do PAN. O novo presidente é um político jovem, de 46 anos, mas seu partido é o velho PRI, que governou por 71 anos até 2000. Ainda está por ser respondida a pergunta se é um novo PRI ou mais do mesmo - uma enorme burocracia que monopolizou a política mexicana na maior parte do século XX.

Peña Nieto começou prometendo reformas que podem acelerar o crescimento. Ele apresentou o Pacto pelo México, para o qual obteve o apoio dos principais líderes da oposição. Um dos pontos centrais é o aumento de eficiência da petrolífera estatal Pemex com a abertura da empresa e do setor ao investimento privado, o que exige emenda constitucional. O objetivo declarado é criar competição em refino, petroquímica e transporte de óleo e gás. Segundo o novo presidente, não há intenção de privatizá-la (algo como aconteceu no Brasil). O documento cita também a intenção de estimular a competição na fechada economia mexicana.

As medidas propostas por Peña Nieto beneficiarão o México, embora este ainda precise cauterizar a chaga do narcotráfico - segundo o governo, 70 mil pessoas morreram nos últimos seis anos por causas ligadas ao crime organizado. A estratégia é dar ênfase à prevenção e criar unidades especiais para combater sequestros e extorsões, como uma Guarda Nacional. Em princípio, as tropas do Exército mobilizadas por Calderón, o presidente que saiu, continuarão nas ruas.

A violência cobra dos mexicanos alto preço social e econômico. Ainda assim, um banco japonês arriscou-se a prever que, em 2022, a economia mexicana superará a brasileira. Para que isto não aconteça, o Brasil precisa fazer o dever de casa. O país já passou por um bem-sucedido período de reformas, que dão sinais de esgotamento. É preciso iniciar um novo ciclo.

COLUNAS

Ancelmo Gois

O médico e o monstro

A Comissão da Verdade abriu uma linha de investigação contra aqueles médicos legistas que forjaram laudos falsos para encobrir mortes sob tortura nos porões da ditadura.

O caso mais notório é, como se sabe, o do médico Harry Shibata, que escreveu os laudos de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho.

Mas...

Veja só. Um dos laudos que chegou à Comissão, de um médico pouco conhecido, é tão mal feito que pode, quem sabe, ter sido escrito assim de propósito, sem nexos técnicos, para um dia ser desmascarado e, enfim, revelar um crime da ditadura.

ARTIGOS

Ivar A. Hartmann

Lições de um grande julgamento

Para o Brasil, a grande lição do processo do mensalão é a de que o STF está pronto a cumprir uma de suas funções na democracia brasileira e condenar à prisão mesmo corruptos de mais alto escalão. Mas esse julgamento é oportunidade única de aprendizado também para os ministros.

O primeiro e mais importante legado é sobre limites. Mais do que em qualquer outro processo, o STF percebeu até onde deve ir. E onde precisa parar. É certo agora que as instituições continuam firmes mesmo quando os ministros punem aqueles que atentaram contra os bens públicos e a democracia. Ao proteger a união homossexual e as cotas raciais, o STF enfrentou resistência por julgar temas poderosos. Mas agora julgou pessoas poderosas do Legislativo e do Executivo - e não houve instabilidade institucional.

A decisão pela cassação de mandato parlamentar mostrou também a linha que o STF não deve cruzar. É certo que, depois de esgotados os recursos, a Câmara de Deputados cassará rapidamente os três condenados. Mas os ministros precisavam deixar que o Parlamento assumisse a responsabilidade. O STF não pode tomar para si a missão de resolver todos os problemas. Isso, a sociedade não exige e a democracia não permite.

Decidiu bem, portanto, o ministro Joaquim Barbosa ao negar a prisão imediata dos réus, mesmo que constitucionalmente pudesse fazê-lo. Se desafiar repetidamente o Congresso, o STF deixará o Legislativo acuado. As cogitações absurdas de asilar deputados na Câmara e votar mais de 3.000 vetos presidenciais em uma sessão são prova recente da imprevisibilidade de uma instituição que se sente ameaçada.

A outra lição é também valiosa: mais que em qualquer época anterior, o STF está em evidência. Isso significa nível muito maior de transparência, pois as pessoas sabem quem os ministros são, querem informar-se sobre as decisões, querem saber como os ministros chegam ao STF. Mais visibilidade significa mais responsabilidade. O Supremo ganhou a merecida atenção do povo brasileiro.

NACIONAL

Mais de 3 mil inquéritos da PF apuram desvio de verba pública em prefeituras

Fausto Macedo

A Polícia Federal conduz 3.167 inquéritos sobre desvios de recursos e corrupção envolvendo prefeituras em todo o País. Estão sob investigação 484 prefeitos e ex-prefeitos por violação ao Decreto Lei 201/67, que define os ilícitos de responsabilidade de administradores municipais.

Os dados constam de levantamento realizado pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (Dicor) braço da PF que aloja setores estratégicos da instituição, inclusive o serviço de análise de dados de inteligência e a divisão de repressão a crimes financeiros.

O Maranhão é o Estado onde a PF mais trabalha, com um acervo de 644 inquéritos relativos a fraudes em gestões municipais. A Bahia está em segundo lugar, com 490 inquéritos, seguida de Ceará (296), Piauí (285), Pará (196) e Pernambuco (194).

"Certamente esses Estados, por serem mais carentes, com IDH (.índice de Desenvolvimento Humano) muito baixo, acabam recebendo mais recursos da União, verba vinculada, e aí, obviamente, nessas regiões pode ocorrer mais desvios", disse o delegado Oslain Campos Santana, chefe da Dicor. Em São Paulo, são 96 os inquéritos sobre gestores que atropelaram a lei; em Alagoas, 83; e no Rio de Janeiro, 60.

Além de prefeitos e ex-prefeitos, são investigados 182 servidores municipais, 87 secretários municipais e 63 funcionários que ocupam cargos de comissão.

Esses dados são relativos apenas à atuação da PF centenas de outros prefeitos e ex-prefeitos são réus em demandas movidas pelo Ministério Público nos Estados, que detém competência para propor ações com base na Lei da Improbidade.

Conluio. Oslain Santana é um policial tarimbado. Já passou por setores sensíveis da corporação e lugares remotos do País desde que ingressou na PF, há 17 anos. Ao analisar as informações relativas aos malfeitos das prefeituras, ele faz uma ponderação. "Muitas vezes pode ser que não tenha crime de prefeito ou envolvimento do ordenador de despesa. Pode ter havido um conluio entre empresários que formam cartel para fraudar licitação." Ele observa que, com tantos inquéritos, a polícia acaba contrariando interesses. "Não temos partido. A corrupção é própria do ser humano. As instituições são boas, os homens não são tão bons assim."

O mapeamento abrange ainda os inquéritos sobre crimes de violação à Lei 8.666/93 (licitações) e contra a administração pública peculato, concussão (extorsão por servidor público), corrupção passiva e ativa, tráfico de influência e inserção de dados falsos nos programas de informação. Esses inquéritos estão aparte das investigações referentes exclusivamente às administrações municipais.

Tais ilícitos são praticados com recursos da União em todos os níveis da administração municipal, estadual e federal, e todos os Poderes, que somam 8,1 mil inquéritos, ou 10% do volume de vestigados nesse bloco 384 servidores públicos federais da administração direta e indireta e 1.633 agentes públicos municipais.

Por fraude à Lei de Licitações a PF mantém em curso 1.958 inquéritos. Peculato (quando o funcionário público desvia bens da administração) é alvo de 944 inquéritos, seguido da corrupção passiva (504), ativa (94) e concussão (145).

Em valores globais, todos os contratos sob apuração das prefeituras e os dos demais órgãos de governo somam R\$ 651 bilhões. Não quer dizer que esse seja o montante desviado, é bom que fique claro. O valor se refere aos contratos que estão sob investigação", assina: Oslain.

Especificamente com relação às prefeituras, a PF usa como instrumento legal para enquadrar gestores à margem do decoro o Decreto Lei 201, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores e prevê 23 situações que provocam danos ao erário apropriação de bens ou rendas públicas, desvios em proveito próprio ou alheio, deixar de prestar contas anuais, ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por leis, fraudes à licitação, e outros. A sanção vai de 2 anos a 12 anos de prisão.

"São elevadíssimos os recursos que a União repassa para os municípios, principalmente através de convênios nas áreas de educação e saúde", diz Oslain. O delegado lembra que a PF não atua isoladamente. Grande parcela dos inquéritos instaurados tem base em auditorias da Controladoria-Geral e do Tribunal de Contas da União.

Para dar conta desse expediente tão excepcional, a direção-geral da PF criou as delegacias e setores de combate a ilícitos financeiros e ao crime organizado em todas as superintendências regionais.

"O governo, via Ministério da Justiça, atendeu a um compromisso do qual ; o Brasil é signatário, a Convenção de Mérida (México), para combate à corrupção."

Esquemas de colarinho branco têm mais infiltração no poder público **Em comparação com máfias ou grupos Ligados ao tráfico, as que agem nos governos são as que mais preocupam PF**

A doutrina da Polícia Federal prepara seus agentes para o combate a três classes do crime organizado. A primeira é a organização de matriz mafiosa, como a dos contraventores que exploram o jogo do bicho no Rio. "Tem o capo e várias pessoas que se unem para cometimento de crimes", analisa o delegado Oslain Santana. "A organização se infiltra nos poderes do Estado. Investe muito mais em corrupção do que propriamente em violência para se manter no poder. Veja o exemplo do Carlinhos Cachoeira. Começou com jogo do bicho e foi se infiltrando no Estado," A segunda classificação é relativa aos "grupos agressivos", que adotam ações armadas. Como as facções que atuam 110 Rio e em São Paulo. "Esses têm poder econômico reduzido, comparativamente às demais quadrilhas, e a infiltração no setor público não é tão enraizada."

A terceira classe é a que mais preocupa o delegado da PF pelo seu poderio e raio de atuação. "São as organizações do colarinho branco ou das elites, pessoas acima de qualquer suspeita, mas que movimentam grandes esquemas. São as mais perniciosas do ponto de vista da Polícia Federal. Desviam bilhões dos cofres públicos para benefício pessoal. Tiram dinheiro da educação e da saúde por meio de violações constantes ao Decreto Lei 201/67 (crimes de prefeitos) e à Lei de Licitações."

Na avaliação de Oslain Santana, essa ramificação do crime organizado tem uma linha de ação diversa das demais. Às vezes, até usa um pouco da violência, até queima um arquivo, mas prefere corromper ou contratar uma defesa muito boa. Ela é estruturada. Causa prejuízo muito maior para a sociedade."

A ousadia do colarinho branco impressiona o veterano policial. "O mercado de cocaína no Brasil gira em torno de US\$ 5 bilhões a XJS\$ 10 bilhões por ano. Uma única fraude dessas às vezes tem valor muito maior que todo o tráfico de drogas no País."

"São crimes de lesa pátria a corrupção, a sonegação fiscal, os empréstimos fraudulentos que tiram dinheiro de bancos públicos para interesse de poucos", afirma Oslain. "Lesar a pátria por que tira dinheiro de toda a coletividade, daquelas pessoas principalmente menos favorecidas que recolhem tributos e não têm uma contraprestação do Estado com relação à segurança, à saúde, ao provimento de justiça."

O delegado disse que a meta maior da PF é descapitalizar as organizações do crime. "Se eu tiro o dinheiro daquela organização, eu tiro o seu poder. Esse é o segredo, seqüestrar os bens ilícitos, tirar a motivação do crime e reverter esse dinheiro para o Estado aplicar na saúde, na educação e na segurança."

Operações Oslain informa que em 2012 a PF desencadeou 19 operações especiais sobre desvios de recursos públicos. Foram presos 128 investigados, entre secretários de Estado, prefeitos e servidores públicos, e cumpridos 63 mandados de condução coercitiva e 340 de busca e apreensão. Os valores desses contratos sob suspeita chegam a R\$ 585 milhões.

Na região de Montes Claros, no norte de Minas, a PF identificou fraudes em negócios da administração que somavam cerca de R\$ 150 milhões. "As provas são robustas. Raramente falha uma operação dessa natureza, com prisão de prefeitos e secretários, porque é muito difícil que sej am inocentados na Justiça. As provas são colhidas sempre com autorização judicial".

Outra operação significativa, segundo o delegado, ocorreu na cidade de Presidente Keenedy, Espírito Santo. Um município rico porque recebe altos valores dos royalties do petróleo. "Houve um desvio muito grande ali. Foram R\$ 56 milhões de prejuízo. Prendemos 28 e cumprimos 51 mandados de busca e apreensão."

'Desafio é STF manter a jurisprudência'

Condenação de réus do mensalão "mostra que o crime não compensa" se exemplo for replicado no Judiciário, diz professora

O fortalecimento do Poder Judiciário e a mensagem de que "ninguém está acima da lei" são os principais legados deixados pelas 53 sessões do julgamento do mensalão. A avaliação é da professora de Direito Constitucional da PUC-SP Flávia Piovesan. Ela, no entanto, diz que ainda é cedo para mensurar todos impactos que o processo mais longo já julgado pelo Supremo Tribunal Federal "terá na esfera jurídica brasileira.

"O julgamento do mensalão terá conseqüências outras que hoje ainda é prematuro prever", diz a professora. Para Flávia, as decisões do STF contribuirão para diminuir a corrupção no Brasil, "Ficou mostrado que o crime não compensa."

O julgamento do mensalão chegou ao fim na segunda-feira, após quatro meses e meio de duração. Dos 37 réus, 25 foram condenados. O tribunal também definiu que os três deputados federais condenados terão de deixar seus mandatos.

Terminado o julgamento do mensalão, qual o Legado da Ação Penal 470?

O fortalecimento do Poder Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal, que sai engrandecido no campo da sua credibilidade, legitimidade e independência. O segundo legado é o reforço do princípio republicano, de que ninguém está acima da lei. A maioria da população estava descrente, jamais poderia imaginar que um presidente da Câmara (o petista João Paulo Cunha) ou uma presidente de um banco (.Kátia Rabello, do Banco Rural) seriam punidos. O que se extrai desse julgamento é que ninguém está acima da lei. O terceiro ponto interessante é que o Supremo também trouxe inovações em relação a sua jurisprudência.

A sra. pode citar algum exemplo de nova jurisprudência?. Principalmente ao que diz respeito ao critério de apreciação da prova, quando aplicou a teoria do domínio de fato. Em crimes como corrupção ativa e corrupção passiva, é difícil ter uma prova documental do corrupto, então você tem que efetivamente construí-la a partir do acervo probatório, de forma concatenada, como se fosse um quebra-cabeça.

A sra. acredita que o Supremo aplicou corretamente a teoria do domínio de fato?

Pelo que eu pude constatar, sim, a denúncia teve plena consistência. Mas, por outro lado, eu também acho que não deveria ser da competência do STF a jurisdição em matéria penal, embora o STF tenha sido eficiente nesse caso. Mas eu sou defensora do Supremo como coite constitucional. Acho que não tem sentido, por exemplo, o STF ouvir testemunhos, o tribunal não está preparado, não tem estrutura.

O que a sra. achou da decisão sobre a perda automática dos mandatos dos parlamentares?

Eu aplaudo. A Constituição prevê no artigo 15 a suspensão dos direitos políticos para quem sofra condenação criminal transitado e julgado. Além disso, nós tivemos a Lei da Ficha Limpa, que prevê que quem tem a ficha-suja não pode nem se candidatar. Então acho uma decisão razoável, adequada, em consonância com a Constituição.

Essa decisão não coloca a Corte numa posição que se sobrepõe aos demais Poderes, como chegou a ser dito?

Não. Eu costumo dizer que uma democracia se mede pela independência do Poder Judiciário, porque é o poder desarmado que deve ter a última palavra na democracia. Não é a bala, não é o tanque, é o direito. A caneta do Poder Judiciário merece triunfar no estado democrático de direito.

Como a sra. vê a crítica recorrente de que existe uma judicialização da política, isto é, que a Justiça avançou sobre as prerrogativas dos Poderes Legislativo e Executivo?

Eu entendo que muitas vezes temas intrincados, polêmicos e controversos são deslocados para o Judiciário. O princípio básico do Judiciário é o da inércia da jurisdição. Ou seja, o Judiciário só reage quando provocado. O que está havendo é o aumento do grau de provocação do Judiciário. Muitas vezes pela paralisia do Legislativo, em razão de temas polêmicos. Um exemplo: a questão na anencefalia fetal é um tema que o Legislativo não resolveu, pois se criou um impasse por conta das bancadas religiosas do Congresso. Outro tema: reconhecimento das uniões homoafetivas. Foi mais um assunto que o Legislativo se dividiu e não teve o ônus da decisão parlamentar, então tema foi desviado para o Supremo. Ou seja, muitas vezes é a própria política que busca resposta na Justiça.

Os condenados da cúpula do PT sustentam que houve um julgamento político, cujo resultado foi influenciado pela imprensa e pela opinião pública. O que a sra. acha dessa avaliação?

Eu não acolho essa crítica. Não tive acesso aos autos, mas houve o fornecimento de uma denúncia muito bem elaborada, com provas contundentes, baseada em farto acervo probatório. Houve, sim, um processo que durante quatro meses tomou dia e noite da Corte suprema, de todos os ministros, que foi monitorado pela sociedade civil. Além disso, todas as garantias foram asseguradas aos acusados. Do meu enfoque, não houve qualquer vício ou fratura capaz de comprometer esse julgamento histórico.

Houve muitas críticas ao fato de as sessões serem transmitidas pela TV. A sra. acredita que isso influencia no resultado?

Não. Eu defendo a transmissão, apesar das críticas. Eu entendo que isso colabora para a transparência e, com o julgamento do mensalão, o Supremo chegou às casas das pessoas, as pessoas seguiram o julgamento até como se fosse uma novela. Eu, que sou professora há 21 anos, jamais vi o Supremo ser um órgão de tanta acessibilidade para a população. O sintoma disso é a popularidade do presidente Joaquim Barbosa.

As discussões por vezes calorosas entre os ministros, principalmente entre o revisor e o relator, depõem contra a instituição?

Isso foi lamentável. É que foi um caso dos mais relevantes, dos mais estressantes, com uma carga de ansiedade e de trabalho gigantescas. Mas é fundamental que o Judiciário seja guiado pela lucidez, pelo equilíbrio, pela serenidade, evitando que os ânimos se acirrem. Isso que ocorreu é lamentável, mas não macula a imagem do Supremo, acho que não chegou a esse grau. Mas o debate tem que ser de ideias, não de acusações pessoais, bate-boca. Isso realmente não é adequado para um palco que não é uma mesa de bar, mas sim a Corte suprema, que tem uma capacidade decisória imensa.

Qual a avaliação da sra. sobre o fato de os ministros optarem por aplicarem penas máximas a réus primários para evitar prescrição, quando o que se costuma fazer é optar pela mínima?

Na parte da dosimetria, houve uma posição oscilante do Supremo em relação ao tamanho das penas, o que mostra que a Corte não está familiarizada com essa questão. A primeira condenação proferida pelo Supremo tendo como foco um deputado federal ocorreu em setembro de 2008.

O Supremo nunca mandou prender um réu logo após o julgamento, antes do transitado em julgado. Como a sra. avalia essa questão?

Eu acredito que o transitado em julgado, até por uma questão de segurança jurídica, seja fundamental. Mas se houver o risco de prescrição, eu entendo que essa medida extrema deveria efetivamente ser acolhida.

Após o fim do julgamento, Joaquim Barbosa voltou a defender que o processo deveria ter sido desmembrado. O STF errou em não ter tomado essa decisão?

Em primeiro lugar, eu sou contra o foro privilegiado, mas creio que nesse caso o Supremo deu a decisão adequada. O fato é que ainda é cedo para avaliar todos os impactos do julgamento. Acredito que o julgamento do mensalão terá consequências outras que hoje ainda é prematuro prever. Eu creio que agora o desafio do Supremo será manter essa jurisprudência, manter essa posição. Creio que haverá um impacto na jurisprudência dos demais tribunais, porque tem um efeito catalisador em relação aos demais órgãos jurisdicionais. Esse julgamento também levará a discussões importantes, como o fim do foro privilegiado. Sem falar que a composição do Supremo começou a ser questionada. Eu defendo que haja mandato para os ministros, acho que isso é salutar. Por fim, acho que o julgamento do mensalão contribuirá para a diminuir a corrupção no Brasil. Ficou mostrado hoje que o crime não compensa.

Rose deu 'nova composição' a esquema

Denúncia do Ministério Público indica que Paulo Vieira atraiu ex-assessora em busca de "apoio político" e acesso à máquina do governo

Fausto Macedo

A quadrilha que se instalou na administração pública federal para obtenção de pareceres técnicos fraudulentos aproximou-se de Rosemary Noronha, então chefe de gabinete da Presidência da República em São Paulo, para garantir "apoio político" e agilizar a realização de seus objetivos. Na denúncia que a Procuradoria da República entregou à Justiça Federal contra 24 alvos da Operação Porto Seguro, Rose aparece como integrante da "nova composição" da organização que corrompia servidores.

A acusação, em 137 páginas, descreve inicialmente os passos de Paulo Rodrigues Vieira, ex-diretor da área de Hidrologia da Agência Nacional de Águas (ANA), e suas relações com o ex-senador e empresário Gilberto Miranda.

Por um período, Paulo e seus irmãos, Rubens e Marcelo, atuaram sem a parceria com Rose. Segundo a denúncia, o grupo era formado, ainda, pelos advogados Patrícia Maciel e Marco Antonio Negrão Martorelli, que davam apoio jurídico.

Depois, a partir de 2004, dadas as dificuldades para se instalar na máquina do governo, Paulo Vieira passou a se valer dos préstimos de Rose, de quem já era amigo. Ela chegara ao posto em 2003, por ordem do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criou para Rose o cargo na estrutura da Presidência.

A Procuradoria dedica 38 páginas da peça acusatória aos movimentos de Rose, denunciada por falsidade ideológica, corrupção passiva, tráfico de influência e formação de quadrilha. Para o Ministério Público Federal, em troca de pagamentos em espécie e outras vantagens, ela teve papel decisivo na nomeação de Paulo e de Rubens, este no cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A página 105, os procuradores observam que "para os irmãos Vieira não importava qual o cargo político para o qual conseguiriam ser nomeados, desde que este possibilitasse grande liberação de recursos". "Sondavam ao mesmo tempo várias possibilidades: Conselho do Turismo, Coaf, entendendo que "bom mesmo seria o cargo da Anac."

Enorme influência. A página 107 da denúncia, os procuradores federais Suzana Fairbanks, Roberto Dassié e Carlos Renato Silva e Souza abrem o capítulo "As diversas trocas de favores" e assinalam: "As atividades de Rosemary para conseguir a indicação dos irmãos Vieira nos cargos

apontados não foram aquelas de uma "amiga" com o objetivo simplesmente de favorecê-los, mas sim de alguém que, com enorme influência política e atuação nos bastidores do poder central, utiliza-se dessas prerrogativas".

O pagamento de um boleto bancário no valor de R\$ 13.805,33 referente à quitação de um apartamento da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop) no Condomínio Torres da Moo-ca, em abril de 2009, é considerado prova de corrupção passiva. "Exercendo sua influência política, Rose por diversas vezes solicitou ou recebeu vantagem indevida. Resta evidente que o relacionamento entre Paulo e Rosemary nada tem de pura e desinteressada amizade, mas sim demonstra a prática constante e reiterada de diversos crimes contra a administração pública", asseveram os procuradores.

À página 122, a denúncia apresenta um organograma do grupo, aí incluindo Rose no papel de "apoio político" - Paulo é citado como "chefe", Rubens como "apoio jurídico" e Marcelo "apoio operacional".

"Embora inicialmente a pessoa de Rosemary tenha surgido nas investigações como relacionada a Paulo em uma relação de "amizade baseada em trocas de favores sempre conversíveis em valores pecuniários, na etapa final das investigações foi possível constatar, em análise conjunta com todo o material probatório, que Rosemary possui vínculo permanente com o grupo criminosos de Paulo e seus irmãos pelo menos a partir de 2004".

"Verificamos que Rosemary, juntamente com Paulo, Rubens e Marcelo Vieira, compõe uma nova quadrilha ou bando, diversa daquela composta pelos irmãos Vieira e os advogados Patrícia Maciel e Marco Negrão Martorelli", destaca a procuradoria.

Advogado de ex-assessora diz não haver provas

Os investigados da Operação Porto Seguro negam ilícitos que lhes são atribuídos pela Polícia Federal e Procuradoria da República, O criminalista Celso Vilardi, que defende Rosemary Noronha, disse que não há nenhuma prova nos autos que a incrimine e que ela está à disposição da Justiça para todos os esclarecimentos. "A inocência de Rose ficará provada no curso da ação penal, afirma Vilardi.

Marcelo Vieira sustenta que não fazia parte de quadrilha, não fez tráfico de influência e nem corrompeu servidores. "Não existe nenhum indício que indique envolvimento de Marcelo em corrupção e em pagamentos ilícitos", argumenta o criminalista Milton Fernando Talzi, que defende Marcelo, O advogado Michel Darré, defensor de Paulo e Rubens, não retornou os contatos da reportagem. Os advogados Patrícia Maciel e Marco Martorelli não foram localizados.

OPINIÃO

'Pegadinhas' aéreas :: Suely Caldas

A presidente Dilma Rousseff deseja ganhar de presente neste Natal um "pibão grandão" em 2013. Desejo legítimo, embora não garantido, porque depende de concretização futura. Os brasileiros compartilham lo desejo de Dilma etorcem por recebe o embalado numa bela caixa no Natal do próximo ano. Este, sim, será um bom pacote. Mas até lá a presidente e sua equipe precisam afastar erros dos dois primeiros anos de mandato, aprender com eles, perseguir o caminho certo e substituir amadorismo por eficiência em gestão.

Vamos tomar o caso da concessão de aeroportos, que tem urgência de investimentos, não só pela proximidade da Copa, mas para o cotidiano dos brasileiros que diariamente vivem pequenas e grandes tragédias em aeroportos saturados que prestam serviços ruins. Em seu último de tantos pacotinhos servidos ao longo do ano, na quinta-feira a presidente divulgou um programa abrangente de privatização dos Aeroportos de Confins e do Galeão e ampliação e construção de 270 aeroportos regionais.

Quase dois anos se passaram desde que o ex-ministro Antonio Palocci anunciou que Dilma aceitara a ideia de privatizar os maiores aeroportos do País. O PT perdeu muito tempo com a inútil e vazia discussão de que se tratava de concessão, não privatização a maldição ideológica que o partido tanto condenou em campanhas eleitorais. Sempre que o político ideológico predomina sobre exigências técnicas, o resultado costuma ser desastroso. E assim foi no caso dos aeroportos.

O governo demorou, mas, finalmente, em fevereiro de 2012, leiloou os terminais de Viracopos, Guarulhos e Brasília - o consórcio privado teria 51% do controle acionário a infraero, 49%; e a gestão dos terminais seria de responsabilidade da operadora estrangeira. Porém, um indesculpável amadorismo produziu regras? erradas e acabou por entregar o Aeroporto de Guarulhos, o maior do País e da América Latina, que movimentou 30.003.428 de passageiros em 2011, para um grupo médio da África do Sul, cuja capacidade de gerência foi questionada pela própria Dilma. Ao exigir experiência com apenas 5 milhões de passageiros/ano, as regras atraíram operadoras que pouco têm a ensinar, mas afastaram as mais experientes.

Irritada com o resultado do leilão, Dilma despachou uma equipe de assessores para a Europa com a missão de consultar o interesse pelo Galeão e por Confins de gestoras dos maiores aeroportos do mundo. Mas a proposta continha uma "pegadinha", tão explícita quanto ingênua: além de majoritária, com 51% das ações, a infraero ainda comandaria a gestão dos dois aeroportos. Diante de tal amadorismo, a resposta não podia ser outra: nenhuma operadora se interessou. Ao menos nesse detalhe o novo plano, divulgado na quinta-feira, corrige o erro: a infraero será minoritária, com 49% das ações. Mas, como o diabo está nos detalhes, há um que o governo não esclareceu: que papel caberá à nova estatal infraero Serviços, filhote da In-fraero maior, que chegaria para varrer a ineficiência da mãe? Aliás, Dilma tem dado sinais contraditórios: quando reconhece ineficiência em alguma estatal, tenta corrigi-la com a criação de outra estatal, candidata futura a cabide de empregos, uso político e outras ineficiências. Assim foi com a Empresa de Planejamento e Logística e a Agência Gestora de Fundos Garantidores.

O governo diz que a infraero Serviços vai coadministrar aeroportos, mas não esclarece se isso inclui Galeão e Confins. Diz que ela terá um sócio privado minoritário, mas não revela o perfil desse sócio nem o que será oferecido para atraí-lo. Vagamente, explica que sua função é absorver tecnologia em gestão e aplicá-la no Brasil. Mas não revela se sua atuação ficará restrita a aeroportos regionais ou incluirá os grandes. São dúvidas que o governo deixou no ar. Espera-se que as tenha esclarecido, consultado antecipadamente o interesse e assegurado a participação de grandes operadoras no leilão. Se for outra pegadinha para manter a infraero na gestão, já não será "pegadinha", mas pagar mico.

Aos queridos leitores, um feliz Natal e um pibão em 2013.

JORNALISTA, É PROFESSORA DA PUC-RIO E-MAIL: SUCALDAS@TERRA.COM.BR

POLÍTICA

Contratos sob suspeita

Auditoria da Presidência da República encontra irregularidades em três acordos assinados entre a Secretaria de Portos e o Serpro. Valor dos projetos beira os R\$ 130 milhões

Juliana Colares

A Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset/PR) encontrou indícios de irregularidades em três contratos milionários firmados entre a Secretaria de Portos (SEP) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. Os projetos somam quase R\$ 130 milhões e contam exclusivamente com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Auditoria da Ciset apontou que a Secretaria de Portos dispensou licitação em favor do Serpro e não realizou pesquisa de preços, descumprindo legislação vigente e orientação do Tribunal de Contas da União (TCU). A Ciset encaminhou os dois documentos que tratam do assunto (um relatório de auditoria e uma nota técnica) ao TCU, que abriu processos de fiscalização.

A equipe de auditoria da Ciset concluiu que, apesar de haver amparo legal para a dispensa de licitação, o Serpro não é a única empresa capaz de atender a demanda da Secretaria de Portos. Ao contrário, o posicionamento dos auditores é de que os serviços poderiam ter sido contratados mediante concorrência de mercado. O que a Ciset questiona, no entanto, é a ausência de pesquisa prévia de preços de mercado, caracterizada como uma irregularidade, já que, segundo entendimento da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, não houve nem concorrência nem justificativa suficiente para o preço acordado.

Os contratos foram celebrados entre 2011 e 2012 e dizem respeito a sistemas criados dentro do projeto Porto sem Papel. Um deles trata da implantação do portal de informações e do concentrador de dados portuários, a um custo de R\$ 92 milhões. A finalidade do sistema é acelerar e desburocratizar a atracação e a desatracação de navios; e concentrar as informações referentes às embarcações em um único banco de dados que pode ser acessado por diversos órgãos, como a Polícia Federal, a Receita Federal e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O contrato previa a implantação do projeto em 32 portos, incluindo Niterói, Fortaleza, Recife e Manaus, além da manutenção dos sistemas já implantados em outros portos, como o de Santos e o do Rio de Janeiro.

Não foi a primeira vez que a Secretaria de Portos dispensou licitação sem prévia pesquisa de mercado em favor do Serviço Federal de Processamento de Dados, empresa criada para prestar atividades de tecnologia da informação a órgãos públicos. No relatório de auditoria de 2011 da Ciset, ao qual o Correio teve acesso, consta que situação semelhante já havia sido identificada no ano anterior.

Gerenciamento

"A SEP não coteja os preços ofertados pelo Serpro com os serviços similares disponíveis no mercado, mas, sim, com os preços do próprio Serpro", informa a Ciset, em relação ao mais caro dos três contratos sob suspeita de irregularidades, classificando a atitude como "equivocada". E conclui: "O gestor (da área da Secretaria de Portos responsável pelas contratações) não se valeu de todos os recursos de que dispõe no sentido de avaliar as condições contratuais do ponto de vista financeiro, visando resguardar os recursos públicos repassados à SEP". Para a Ciset, a Secretaria de Portos "não seguiu a legislação, quando esta orienta a se avaliar os preços e custos, por meio de pesquisa de preços, junto ao mercado". Há até jurisprudência do TCU orientando que "eventual contratação do Serpro somente deve ser realizada desde que seus custos unitários sejam justificados por meio de pesquisas de preços de mercado", com o objetivo de garantir o que for mais vantajoso à administração pública.

Ao analisar o contrato de implantação de um sistema informatizado para o gerenciamento da cadeia logística em 12 portos públicos, a Ciset faz uma lista de itens cotados pelo Serpro com valor superior aos da tabela de preços unitários da Secretaria de Logística e Transportes de São Paulo. O custo do contrato é de R\$ 15,8 milhões. A Ciset informou, por meio da assessoria de imprensa, que a irregularidade na contratação está caracterizada, mas que na auditoria não foi verificado dolo ou prejuízo aos cofres públicos. Cabe ao TCU analisar essas questões e verificar se houve ilegalidade na contratação. As penalidades previstas no regimento do TCU incluem devolução do débito e multa, além de punição para o responsável pelos contratos. O tribunal informou que os processos de fiscalização abertos para analisar as contas da Secretaria de Portos estão em fase de instrução na unidade técnica. Até o momento, não houve deliberação sobre o assunto.

Dados confidenciais como justificativa

A existência de informações confidenciais entre os dados armazenados no banco portuário foi o principal motivo alegado pela Secretaria de Portos para a dispensa de licitação em favor do Serpro. Segundo o diretor do Departamento de Sistemas de Informações Portuárias, Luis Cláudio Montenegro, parte das informações que alimentam o banco de dados são de fiscalização e precisam ser mantidas em sigilo.

De acordo com Montenegro, o Serpro participou de um projeto anterior ao que está sendo implantado. Chamado de Sisportos, era uma tentativa de criar um sistema único que envolvesse os diversos órgãos interessados na movimentação portuária. Não deu certo. Seguindo recomendações internacionais, deu-se início a um novo projeto, o Janela Única, atualmente em desenvolvimento. Segundo Montenegro, o assunto chegou a ser conversado com Dilma Rousseff, quando ela era ministra da Casa Civil, e com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. De acordo com Montenegro, nessa reunião foi feita a opção pelo Serpro, como única "instituição de confiança" para receber esses dados. Os três projetos alvo de suspeitas de irregularidades estão em andamento.

O diretor do Departamento de Sistemas de Informações Portuárias afirma que houve pesquisa de preços em relações a contratos do governo federal, incluindo outros acordos firmados pelo Serpro. Segundo Luis Cláudio Montenegro, os preços contratados pela Secretaria dos Portos foram os menores. De acordo com ele, ocorreu uma extensa negociação dos acordos durante seis meses.

Manutenção de preços

Em resposta ao Correio, o Serpro informou que todos os contratos firmados são supervisionados pelas áreas jurídicas da empresa e dos órgãos contratantes, com atenção às exigências legais que envolvem o objeto da contratação. No relatório de auditoria de 2011, a Ciset verificou que o Serpro se comprometeu, em proposta comercial de agosto daquele ano, a manter os preços por quatro anos. No entanto, no contrato de valor mais alto entre os três com indícios de irregularidades, os auditores constataram que há uma cláusula em que fica acertado que "os preços definidos poderão ser reajustados após um ano de vigência do contrato". Sobre o assunto, o Serpro informou que "as previsões de reajuste dos contratos são estabelecidas em torno dos índices oficiais de mercado".

Área estratégica

Criado em 1º de dezembro de 1964, pela Lei nº 4.516, o Serpro surgiu com a finalidade de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da administração pública. A empresa desenvolve programas e serviços que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo.

Dilma quer "câmbio real"

Presidente anuncia novo posicionamento em relação à moeda norte-americana, além de redução de juros e de impostos para superar problemas na infraestrutura do país em 2013

JOÃO VALADARES

A presidente Dilma Rousseff declarou, na manhã de ontem, que, em 2013, o Brasil terá redução de juros e impostos e uma "taxa de câmbio mais real." A promessa foi feita durante cerimônia de inauguração do Sistema de Abastecimento de Água Marrecas, em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Acompanhavam a presidente o governador Tarso Genro e os ministros Aguinaldo Ribeiro (Cidades), Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário) e o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS).

Na sexta-feira, depois de três dias seguidos de queda, o dólar fechou em alta. A moeda norte-americana subiu 0,47% e ficou em R\$ 2,0738 na venda. "Com a redução de juros, taxa de câmbio mais real e redução de impostos, que nós vamos perseguir em 2013, superaremos alguns gargalos da infraestrutura", afirmou Dilma.

A presidente afirmou que o país vai voltar a crescer. "Vocês viram que foi anunciada uma das menores taxas de desemprego dos últimos tempos. A taxa de desemprego diminuiu para 4,9%. Essa é a segunda menor taxa dos últimos 10 anos. É importante falar para o Brasil e dizer que nosso país vai ter condição de crescer. Nós queremos crescer no ano que vem", salientou.

No discurso, Dilma ressaltou que a redução da extrema pobreza não é exclusivamente uma questão ética, mas, sobretudo, econômica. "Primeiro, eu quero dizer de uma missão que nós temos, que é a redução da pobreza extrema. Precisamos reduzir a pobreza extrema não por uma razão moral, não por uma questão ética, mas também por uma razão econômica e para o fortalecimento do nosso país enquanto nação", afirmou.

Aeroportos

Dilma falou sobre os investimentos do governo federal. “O governo criou, dentro do BNDES, uma linha de financiamento para todos os estádios das 12 cidades da Copa. E aqui nós investimos R\$ 400 milhões, através do BNDES, com juros subsidiados, e tivemos a parceria do governo e da PPP”, disse. A presidente também defendeu uma política de desenvolvimento dos aeroportos regionais, para desatar nós da infraestrutura de lógica do país. “A gente só consegue aviação regional de volta no Brasil fazendo duas coisas. Primeiro, investindo nos aeroportos. Tem que ter as melhores condições para operar. Segundo, temos que ter subsídios”, observou. A intenção do governo é subsidiar voos em cidades do interior, garantindo até metade da ocupação das aeronaves.

A presidente vai passar o Natal em Porto Alegre, ao lado da família. Na quarta-feira, retorna a Brasília para audiências, no Palácio do Planalto com Miriam Belchior (ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão), Antonio Patriota (ministro das Relações Exteriores) e recebe o fotógrafo Sebastião Salgado. Pelo segundo ano consecutivo, Dilma passará réveillon na praia de Inema, na Base Naval de Aratu, uma área privativa da Marinha, em Salvador, na Bahia. A informação foi repassada pelo governador da Bahia, Jaques Wagner. A previsão é de que a comitiva permaneça no local entre 29 de dezembro e 3 de janeiro.

OPINIÃO

Visão do Correio

O entrave crônico da educação

A educação tem estado nas manchetes de jornais, rádios e tevês. Com a divulgação do resultado de avaliações periódicas, como do Ensino Nacional do Exame Médio (Enem) e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), os olhos se voltam para notas e rankings. Há preocupação com a atuação de estudantes e escolas. É bom sinal. Ter o retrato sem retoques do setor mais sensível do atual estágio de desenvolvimento do país constitui passo importante para acertar rumos.

Com o justo escarcéu provocado por sucessivos dados nada animadores, a população se descuidou de fato preocupante, revelado na quarta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o Censo 2010, 49,3% dos brasileiros de 25 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental. Em bom português: quase metade dos cidadãos em idade produtiva é incapaz de ler e escrever textos necessários ao desempenho das atividades profissionais.

Analfabeta funcional, a multidão que abandonou os bancos escolares antes do tempo é vítima da má qualidade que caracteriza o ensino nacional. O descaso com a excelência vem de longe. Trata-se de dívida acumulada por décadas de promessas não cumpridas. Nos anos 1970, com atraso em relação não só aos países centrais mas também aos periféricos, o Brasil tomou passo importante — iniciou o processo de universalização do acesso à escola.

Foi tarefa hercúlea, abraçada pelos governos Militares e democráticos independentemente de cor partidária, que atingiu o objetivo antes do fim do século passado. O esforço, porém, ficou pela metade. O país universalizou o acesso à escola, mas fechou as portas do conhecimento. Sem preparar-se para fazer frente aos desafios impostos pela nova realidade, manteve procedimentos adequados à escola da elite, porém impróprios para a educação de massa.

É ingenuidade imaginar que o resultado seria diferente do registrado ao longo dos anos. Desestimulados, estudantes se evadem do convívio de livros, cadernos, redações e cálculos. Os persistentes concluem o nível superior e até a pós-graduação, mas com defasagem de, pelo menos, cinco anos de estudos. A conta não bate só à porta do profissional. Tem reflexos profundos na produtividade e contribui para o retrocesso na produção industrial.

Como competir com o trabalhador coreano, por exemplo, cuja escolaridade média é de 15 anos? Ou com o norte-americano, que produz cinco vezes mais do que nós? Vale lembrar: não há país rico com educação pobre nem país desenvolvido com educação subdesenvolvida.

COLONAS

Brasília-DF

Luiz Carlos Azedo

Feliz Natal

Soldados britânicos, franceses e alemães no front da 1ª Guerra Mundial, na véspera do Natal de 1914, massacravam uns aos outros. Mesmo assim, depuseram as armas para compartilhar vinho e comida, trocar fotos e recordações e ainda disputar uma partida de futebol na neve. O episódio é relatado no filme Feliz Natal, de Christian Carion. Também é estudado até hoje nas escolas Militares e

deu origem à teoria da "sombra do futuro", que trata da estratégia de sobrevivência em ambientes conflagrados.

O filme não é um blockbuster de Hollywood, mas uma produção franco, germano, britânica, belga e romena de 2005. Trata de generosidade e humildade humanas. Mais tarde, os soldados foram punidos pelos oficiais superiores por confraternizarem com o inimigo. Nem por isso o episódio, que ocorreu na vida real, deixou de demonstrar que uma outra convivência era possível, a que existe hoje na União Europeia.

Na política brasileira, esse tipo de confraternização é mais frequente do que se imagina, mesmo entre grandes antagonistas aos olhos do público. A radicalização do discurso político, num contexto de paz social, costuma cair no vazio. É o que vimos ocorrer na semana que passou. Feliz Natal para todos são os votos deste colunista.

Paulo Delgado

AS ÁGUAS DO NILO

Não se nada duas vezes na mesma água de um rio. É possível ler, pelo menos de duas maneiras, essa formulação do filósofo Heráclito sobre as mudanças inevitáveis da vida: primeiro, como o princípio de que tudo vem e vai pelo conflito natural do mundo; segundo, como um alerta para quem pretenda se arriscar em correntezas onde habitem crocodilos. A política do Egito chegará vazia ao próximo ano, impossibilitada de mover as mãos em direção à mudança, por insistir na estagnação por trás do grande alvoroço. Já a sabedoria do Nilo segue seu silencioso desespero, vendo pouco mudar às suas margens.

O otimismo com as rebeliões políticas que culminaram com a queda de 60 anos da Ditadura militar e levaram, através de eleições livres e diretas, um governo civil ao poder, chega ao fim sem mudar o horizonte autoritário do país. Todos os departamentos de Oriente Médio de todas as universidades do mundo estão produzindo teoria sobre o ininteligível: se é melhor ter raiva do que ter razão; se é preferível estar submetido a ditadores militares ou a Ditaduras religiosas; se ao invés de verdadeiro é mais adequado ser autêntico; se vale a pena viver sob uma sequência interminável de futilidades políticas ou morrer por conta delas. Nenhum grupo tem força para oferecer à sociedade algum valor prático, pois nada é popular em todos os círculos e por mais que se ande pelo país nunca se chega a lugar nenhum.

A grande novidade — a despeito da situação demográfica de um país de 80 milhões de habitantes, admirado no estrangeiro pela espetacular história dos feitos de seu povo e que poderia ser o mais procurado destino turístico do mundo — é continuar a manipulação, pelas armas ou pela fé, do governo vitorioso e de crise da Irmandade Muçulmana. Embora tenha recebido o mandato das eleições, dizendo-se contra a Ditadura, tudo o que patrocina, em suas propostas e ações, está baseado em um reformismo que mais exclui do que incorpora os sempre perseguidos da nação.

Dentre inúmeras e criativas normas constitucionais reguladoras da liberdade, há as que dão amplos poderes à lei islâmica (sharia) como fonte interpretativa de atitudes e comportamentos. A mais ousada confere a um conselho de especialistas e catedráticos da Universidade Al-Azhar, centro mundial do islamismo sunita, o poder e a autoridade para interpretar a Constituição. O governo novo, navegando em contradições propositais, quer, na prática, abolir o Judiciário, domesticar o Parlamento e mergulhar o país na velha teocracia.

Curioso lembrar que um ano antes de a Primavera Árabe ter início, a Universidade Al-Azhar organizou com a Universidade do Cairo a cerimônia onde o então recém-empossado presidente Obama fez o seu famoso discurso de reconciliação com o mundo islâmico. Intitulado "Um novo começo", o discurso de Obama exaltou a importância da instituição lembrando que a Al-Azhar era um dos principais centros da cultura árabe, "que carregou a luz do aprendizado através dos séculos, pavimentando o caminho para a Renascença europeia e o Iluminismo". Quando veio a revolta, muitos esperavam que a queda de Ditaduras desse espaço para um renascimento da liberdade e do vanguardismo árabe. Mas a primavera mais um vez tornou-se sombrio inverno e a Al-Azhar pode, hoje, se tornar o centro da instrumentalização da lei para a intolerância religiosa. Ou seja, a instituição que deu as chaves da modernidade ao Ocidente foi escolhida politicamente para obscurecer sua própria sociedade.

Na era dourada do islamismo, o Egito servia para o califado trigo e linho que cresciam ao longo do Nilo, além do ouro de seus desertos. Hoje em dia o que o país serve para o conjunto do mundo islâmico são principalmente ideias contraditórias. Assentados sobre um poder político real que vem das características geográficas do país em relação a seus vizinhos, os pensamentos das mesquitas, universidades, bem como das ruas do Cairo, Alexandria e demais cidades do país ecoam naturalmente muito além de suas fronteiras. De maneira bastante aguda, as opiniões, as interpretações e o caminho trilhado pelo povo egípcio e os grupos de poder instituídos por lá influenciam sobremaneira os acontecimentos nos países vizinhos. Por isso foi recebida com amplo contentamento a mediação egípcia que mês passado ajudou a acalmar as tensões entre o Hamas e Israel. Hillary Clinton, que se deslocou

até a região, saudou os esforços do Egito visto como "pedra angular para a estabilidade regional e a paz".

Difícil saber por que países espetaculares decidem ser nações remotas. A história atual do Egito, recentemente sagrado com períodos de grande desenvolvimento, e, no passado, pilar da humanidade, é um alerta para os desatentos à velocidade das coisas.

Paulo Delgado é sociólogo